



**Intervenção inicial do Ministro da Educação**  
**na Assembleia da República, no âmbito da apreciação na**  
**especialidade do Orçamento do Estado para 2024**

**10 de novembro de 2023**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O Orçamento do Estado 2024 continua um caminho que se iniciou em novembro de 2015 e que nos leva a que, depois de um governo que se orgulhou de cortar para além da Troika, tenhamos hoje o orçamento que, sob a liderança de António Costa, consolida um aumento do investimento em educação em 44,4%.

Em 2015, tínhamos apenas 5 500 milhões de euros para a educação. Agregando o investimento direto do Ministério da Educação com as verbas transferidas para as autarquias, no âmbito da descentralização de

competências, temos hoje mais de 8 500 milhões de euros. 44,4% de aumento que se manifesta também em todo o trabalho desenvolvido ao longo destes últimos 8 anos para a melhoria da escola pública, das aprendizagens dos alunos, da justiça social e da inclusão através da educação.

Começamos pelos alunos. Há hoje mais 570 salas de educação pré-escolar do que em 2015. Há um assistente operacional por sala, ao contrário do que havia nessa data. Foram ainda revistas as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar.

Assumindo as elevadas taxas de insucesso como reflexo de aprendizagens mais fracas, foi implementado o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, que garantiu autonomia e recursos às escolas, apostando-se na intervenção aos primeiros sinais de dificuldade, nas dificuldades registadas nas transições de ciclo, ao mesmo tempo que as Comunidades Intermunicipais e as Áreas Metropolitanas, apoiadas pelo Governo, desenvolviam planos integrados de combate ao insucesso, em estreita articulação com as escolas e com os centros de formação.

Em 2015, já tínhamos alargado a escolaridade obrigatória, iniciativa de um governo do Partido Socialista que mereceu, à data, a abstenção do PSD, sem que, entretanto, tivesse havido, por parte da então maioria de direita, o cuidado de definir um currículo nacional para a educação até aos 18 anos.

*O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, merecedor de amplo consenso e que constitui hoje referência para vários países, é o núcleo do currículo. Foi com as associações de professores, em conjunto com a Academia, que construímos documentos curriculares com base

comum para todas as disciplinas. À escola pública foi reconhecida a autonomia que a direita só conferia ao ensino privado. Instituiu-se a flexibilidade para gerir o currículo, podendo trabalhar-se de forma mais integrada e interdisciplinar. Isto porque, para os governos do Partido Socialista, a valorização da escola pública traduz a confiança na capacidade dos seus profissionais.

Porque investimos e continuamos a investir na escola pública, este Orçamento do Estado reafirma que os contratos de associação servem apenas para garantir oferta onde não há rede pública e não para qualquer malabarismo preparatório de um cheque-ensino, como sucedia em 2015. O Orçamento do Estado para 2024 garante a continuidade dos mais de 1300 psicólogos (eram pouco mais do que 700 em 2015) que vieram garantir o cumprimento do rácio recomendado, bem como dos técnicos terapeutas da fala, animadores sociais e educadores sociais, que aumentaram em 84,8%, 94,7% e 115,5%, respetivamente, desde 2018, data da publicação do regime jurídico para a educação inclusiva. Em 2013, dizia um governante que os alunos com necessidades educativas especiais eram, e cito, “uma questão administrativa.”

Portugal tem hoje uma das mais ambiciosas legislações sobre inclusão a nível mundial, que promove o caminho difícil da integração para a inclusão. Uma legislação que foi sempre acompanhada de mais recursos. Recordemos as duas revisões da portaria do rácio dos assistentes operacionais, que correspondeu a duas revisões da majoração para alunos com necessidades educativas específicas ou a discriminação positiva dos agrupamentos TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária na atribuição de crédito horário. A inclusão concretizou-se com a redução do

número de alunos por turma, mas também quando optámos pela criação de mais um escalão de Ação Social Escolar, pelo fornecimento de refeições nas pausas letivas ou pelo pagamento das visitas de estudo aos alunos com ASE. A inclusão faz-se de justiça, como quando se reviu o despacho das matrículas para garantir que os alunos beneficiários de Ação Social Escolar têm prioridade de escolha sobre os restantes. Faz-se do alívio que hoje as famílias têm, por não pagarem manuais escolares. E também em 2024, voltamos a reforçar a inclusão, com o aumento em 25% do financiamento dos Centros de Recursos para a Inclusão, após o aumento em 27% do financiamento dos colégios de educação especial.

Continuamos o trabalho iniciado em 2016, reforçado durante e após a pandemia, de promoção de competências sociais e emocionais nas escolas, na monitorização do bem-estar emocional, através do Observatório criado, e dando continuidade às tutorias. Porque sabíamos que não era a segregação precoce de alunos em cursos vocacionais aos 13 anos e sem perspetiva de continuidade que asseguraria o seu sucesso, mas sim o seu acompanhamento tutorial.

Comprometidos com a promoção de uma cidadania esclarecida, este orçamento permite que se dê continuidade à publicação dos referenciais de educação para a cidadania, que apoiam o trabalho dos professores da área curricular de Cidadania e Desenvolvimento.

Foi com os governos liderados por António Costa e através deste Orçamento do Estado e dos sete que o antecederam que a escola pública se transformou.

Foi com o crescimento orçamental que a escola pública passou a ter um Plano Nacional de Leitura mais focado nas dificuldades dos alunos, incluindo nas suas atividades o desenvolvimento de materiais para trabalhar as competências mais complexas de leitura, que os testes nacionais e internacionais, como as provas de aferição, o PISA e o PIRLS, revelam ser aquelas em que os alunos mais têm dificuldades.

Um orçamento que permite também a existência de um Plano Nacional de Cinema, com um cada vez maior número de dossiês pedagógicos, e um Plano Nacional das Artes, através do qual os nossos alunos têm acesso a uma programação cultural e interação com artistas residentes

Um aumento que permite também mais modalidades no Desporto Escolar, em particular no desporto adaptado e nas modalidades náuticas, e que permite ainda que os alunos que são atletas sejam apoiados pelas 23 Unidades de Apoio ao Alto Rendimento Escolar.

Um orçamento que promove o ensino experimental das ciências nas escolas através dos seus 897 Clubes Ciência Viva.

Que permite que a Rede de Bibliotecas Escolares continue o desenvolvimento de trabalho articulado entre os professores bibliotecários e os diretores de turma, a aquisição de mais de 20 mil livros, a integração de mais bibliotecas nas redes e programas para que a biblioteca seja um lugar de inclusão, de fomento da literacia digital.

Esta é hoje uma escola diferente.

É uma escola onde foi dada voz aos alunos, não só através da criação de momentos regulares de auscultação dos estudantes, que inscrevemos na

lei, mas também porque continuamos o Orçamento Participativo das Escolas, o Programa Escola sem Bullying|Escola sem Violência, que corresponsabiliza os jovens na criação de uma escola mais segura. E, porque é já neste ano que é criado o Conselho Consultivo dos Alunos, para que participem na definição das políticas educativas. Foi ouvindo os jovens que introduzimos a possibilidade de permutas entre cursos, base para repensar a estrutura do Ensino Secundário.

O Orçamento do Estado 2024, em conjunto com o PRR, permite que já não nos lembremos da escola de 2015, em que o parque informático tinha sido abandonado.

Os alunos e os professores receberam equipamentos informáticos, o orçamento integra verbas para a reparação e manutenção daqueles cujas garantias terminaram, é dada continuidade ao complexo trabalho de melhoria da rede de internet, começam a ser instalados, já a partir deste mês, os 1300 laboratórios de educação digital, é continuada a formação dos professores em competências digitais e dá-se início aos programas que, na área da matemática, integram o desenvolvimento de Pensamento Computacional, o qual, sob a égide do Plano Nacional de Leitura, aprofundará a literacia mediática.

A diversificação dos percursos no Ensino Secundário é uma peça chave da redução conseguida no abandono escolar precoce.

Desde 2015, regularizámos pagamentos no ensino profissional, regulámos a rede, definindo critérios que aproximam a oferta das escolas às necessidades de qualificação dos territórios, implementámos o sistema de certificação de qualidade do Ensino Profissional EQAVET, eliminámos do

discurso legislativo e público o estigma contra as vias profissionalizantes, criando novas vias de acesso ao Ensino Superior. Em 2024, há de novo investimento no Ensino Profissional, com a reversão do corte de 5% das tabelas de financiamento imposto pelo governo PSD/CDS e com a expansão da rede num aumento global de 8%. Continuamos a instalação dos 365 Centros Tecnológicos Especializados, com financiamentos superiores a 1 milhão de euros por curso.

Este orçamento contempla também a continuidade do Curso Básico de Teatro e a criação de novas escolas de ensino artístico especializado das artes visuais e audiovisuais.

Foi a boa gestão orçamental que permitiu que Portugal tivesse respondido ao desafio da pandemia. Em poucas semanas, criámos redes de escolas de acolhimento, desenvolvemos programas de apoio aos alunos, o EstudoEmCasa, equipámos as escolas para a reabertura em segurança. A fatura da pandemia é muito pesada na educação e a recuperação das aprendizagens faz-se com persistência e recursos, avaliação de resultados e confiança nas escolas. Este orçamento viabiliza as medidas do Plano de Recuperação das Aprendizagens 2024, prossegue a monitorização dos resultados, mantém os 1100 técnicos, o reforço do crédito horário para as tutorias e para as equipas multidisciplinares de apoio à educação inclusiva.

É também o orçamento que trará mais apoios para os alunos imigrantes, com modalidades renovadas de acolhimento e imersão no currículo. A experiência plurilingue beneficia do saber acumulado nas Escolas Portuguesas no Estrangeiro, cuja rede se amplia com a criação das escolas na Beira, Mindelo e Bissau.

As boas aprendizagens requerem boas instalações físicas. Ao longo destes 8 anos foram centenas as escolas requalificadas. Foi neste ciclo político que criámos as condições para a eliminação progressiva do amianto nas escolas. E é com este Orçamento do Estado que damos os primeiros passos na requalificação das 451 escolas de intervenção urgente, acordadas com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Lembremo-nos, a este propósito, que a transferência de competências para os municípios foi acompanhada de um expressivo reforço financeiro para as refeições e manutenção das escolas.

É preciso ter memória. Lembremo-nos por isso de como estávamos em 2015.

As carreiras congeladas, os salários cortados, sobretaxa de IRS, horários do primeiro ciclo que não contemplavam os intervalos, a quase inexistente de formação contínua financiada para frequência gratuita pelos professores, uma menor redução da componente letiva para o cargo de diretor de turma, apoios que eram maioritariamente dados na componente não letiva, um tempo para a vinculação pela norma-travão de 5 anos no mesmo grupo de recrutamento, que inviabilizava quase totalmente a vinculação de professores.

Hoje, temos carreiras descongeladas que já permitiram que a quase totalidade tenha progredido dois escalões, a integração de mais horas para a direção de turma e para as tutorias na componente letiva. Temos mais 22500 professores que saíram da precariedade através da redução da norma-travão dos 5 para 3 anos em qualquer grupo de recrutamento e pela instituição de um instrumento de vinculação dinâmica que permitiu desprecarizar cerca de 8 mil professores apenas num ano, escalões



remuneratórios para os professores contratados, condições para a vinculação dos professores das Escolas Portuguesas no Estrangeiro, contabilização do tempo de serviço em creche para efeitos de concurso, integração na carreira docente dos professores de música, dança e artes visuais e audiovisuais.

Este Orçamento do Estado concretiza todos os reposicionamentos, com efeitos retroativos a 1 de setembro de 2023, para os professores que vincularam e vincularão, para os que progridem como contratados, para os cerca de 29 mil professores que ficam isentos de vagas para progressão ao 5.º e 7.º escalões e/ou recuperam o tempo que ficaram a aguardar vaga, por via da operacionalização do acelerador das carreiras. Com este orçamento, temos o concurso com mais de 20 mil vagas em quadro de escola, com a redução das distâncias de colocação pelos efeitos dos 63 quadros de zona pedagógica, e com a introdução, pela primeira vez, do subsídio de apoio à renda para os professores deslocados para as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve.

É também este o orçamento que permitirá que os estagiários que fazem a sua profissionalização sejam remunerados. Estas são medidas que, a par do trabalho já iniciado para a redução do trabalho burocrático das escolas, permitem valorizar o trabalho dos professores, reforçar a atratividade da carreira e responder ao problema estrutural de falta de professores que afeta hoje Portugal e a generalidade dos países. O orçamento viabiliza ainda a regularização dos vínculos precários dos técnicos especializados das escolas através da criação de um rácio por agrupamento.

Basta comparar onde estamos hoje e onde estávamos em 2015. Os dados falam por si.

Termino referindo o investimento que continuamos na reposição da justiça a todos os adultos que não tiveram oportunidade de estudar. Em 2015, vivíamos o luto do desmantelamento do programa Novas Oportunidades por um primeiro-ministro, Passos Coelho, que chamou ignorantes aos adultos que estudam. Partimos para 2024, celebrando os primeiros 6 anos do Programa Qualifica, que certificou 1 milhão e 300 mil adultos, dignificando-os e transformando as suas vidas e promovendo a coesão social e o desenvolvimento económico e humano.

Muito obrigado.